



MINERAÇÃO

MPMG entra com ação contra barragens da Kinross

ACP foi rejeitada pela Justiça, mas órgão vai recorrer

LEONARDO LEÃO

A 2ª Vara Civil da Comarca de Paracatu rejeitou uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), que pedia o fim das operações das barragens de rejeitos Eustáquio e Santo Antônio, da mineradora Kinross Brasil Mineração 5.A., no município do regiões Noroeste do Estado. A decisão foi tomada na quarta-feira (21) e o MPMG já declarou que irá recorrer.

Essa ação havia sido proposta pelo Ministério Público na última segunda-feira (27), por meio de uma liminar em caráter de urgência contra a mineradora, com sede em Paracatu. Nela o MPMG solicita que a Kinross desse de depositar mais rejeitos nas barragens Eustáquio e Santo Antônio, na área da Minas Morro do Ouro, para não elevar o volume de material já depositado.

O pedido também inclui a adoção de medidas para garantir a segurança e estabilidade de todas as estruturas integrantes do empreendimento até que elas sejam integralmente descaracterizadas. Vale lembrar que as duas barragens têm juntas uma capacidade licenciada de armazenar mais de 1,2 bilhão m³ de rejeitos - Santo Antônio (483 milhões m³) e Eustáquio (750 milhões m³) -, elas são as duas maiores do Brasil.

O Ministério Público alega que em um possível rompimento dessas barragens, a tragédia poderia aletar até 5 mil pessoas, com efeitos prejudiciais que durariam mais de 100 anos, causados por materiais contaminantes presentes nos rejeitos. O órgão conclui que a existência de uma Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) e de uma licença ambiental das barragens não absolvem os riscos de um desastre ambiental.

Decisão - A decisão da Justiça foi assinada pelo Juiz Fernando Lino dos Reis, que considerou a ausência de

provas quanto à existência de um perigo iminente de cumprimento. Ele também destacou a nota técnica que sugere a ocorrência de vistorias conjuntas entre a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a empresa Acceon na barragem citadas desde 2010. Essa nota tam-

Ministério Públíco alega que em um possível rompimento dessas barragens, a tragédia poderia aletar até 5 mil pessoas, com efeitos prejudiciais que durariam mais de 100 anos.

bém aponta que não foram observadas patologias que comprometesse a segurança das barragens na cidade de Paracatu.

Lino dos Reis lembra ainda que "não há prova de que houve recusa da Kinross em adotar as medidas mitigadoras pleiteadas", além de falar de que a nota técnica feita pela Acceon não chega a recomendar a interrupção das atividades minerais, o que poderia ocorrer se o pedido de suspensão do despejo de rejeitos fosse aceito pela justiça.

Oniprástrio esclarece que a ocorrência de negligência da direção das empresas e órgãos de fiscalização e controle envolvidos em tragédias ligadas a atividades similares à da mineradora, como nos casos de Mariana e Brumadinho, não podem servir como fundamento para que todos quaisquer empreendedores seja penalizada com a suspensão cautelar de suas atividades. "Aliás, se a magnitude das danos em caso de desastre ambiental fosse fundamental, por si só, para interromper a atividade, inúmeras outras empresas teriam que encerrar suas operações. Além disso, se a magnitude das danos fosse fundamental, por si só, para interromper a atividade, inúmeras outras empresas teriam que encerrar suas operações.

A legislação que regulamenta os distritos previa que qualquer tipo de operação das empresas fixadas nessas áreas precisava de aprovação do comitê. E era preciso se reportar ao Cogedil para que se tudo. De ações rotineiras, como expedição ou renovação de alvarás a movimentações exclusivamente pertinentes à estratégia empresarial, como aquisição de imóveis e ou de créditos bancários, tendo o mesmo como garantia.

Contagem - A Prefeitura de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMIBH), editou um decreto para reduzir a burocracia para as empresas instaladas nos distritos industriais do município. A medida revoga a exigência de aprovação por parte do Conselho Municipal de Gestão dos Distritos Industriais de Contagem (Cogedil) de uma série de operações.

A prefeita Marília Campos fala da importância desse decreto. "Contagem é um centro industrial importante e tem espaços para receber novas empresas. Não conseguimos público leitor dialogado com o setor empresarial para ajudar a resolver problemas e facilitar o investimento. Essas modificações feitas por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico intensificaram reter os empreendimentos já instalados no município e atrair novos".

Claudia Braga, que é presidente da Tropeira Alimentos (empresa situada no distrito Juventino Dias) afirmou que "é um primeiro passo que vai diminuir muita burocracia interna da prefeitura e dinamizar os processos da maior parte das indústrias. Os termos que não são nem um tipo de encargo garantirão credibilidade aos seus procedimentos, que é desejável para desenvolvimento competitivo da sua atividade econômica".

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, René Vilela, explica que essas

modificações qualificam o papel do Cogedil na indução do desenvolvimento econômico do município. "O planejamento desse comitê é o de proposição e elaboração de diretrizes para o fortalecimento das atividades econômicas da cidade, conjuntamente com as entidades empresariais e a sociedade civil organizada. Esse trabalho cartorial consumiu muito do nosso tempo, além de dificultar o pleno desenvolvimento econômico das empresas da cidade, o que retardava ou até impedia geração de emprego e renda para os moradores da cidade", disse.



Mineradora afirma que não foi citada e se reserva a disposição para prestar esclarecimentos

defesa, antes de eventualmente decidir, limitivamente, pela drástica paralisação das atividades da mina, que é, a rigor, o que pretendo o autor", determina.

O MPMG também teve seu pedido de bloqueio antecipado, no valor de R\$ 100 milhões, negado por Lino dos Reis que considerou que não havia provas quanto ao risco de insolvência da mineradora Kinross ou mesmo de que ela esteja encerrando suas atividades no local num futuro próximo, além de não ser possível verificar a ocorrência de danos monosociais, que na visão do juiz não devem ser garantidos por meio de seguro antecipado.

O Ministério Públíco foi intimado pela justiça a comparecer a uma audiência de consiliação ou de mediação, sob pena de 2% do valor da causa ou da vantagem econômica pretendida. A entidade também terá um prazo de até 15 dias para contestar, independentemente de intimação ou manifestação judicial. O MPMG já afirmou que recorrerá da decisão.

Em nota, a Kinross infor-

DISTRITOS INDUSTRIAS

Contagem reduz burocracia nos DIs

A Prefeitura de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMIBH), editou um decreto para reduzir a burocracia para as empresas instaladas nos distritos industriais do município. A medida revoga a exigência de aprovação por parte do Conselho Municipal de Gestão dos Distritos Industriais de Contagem (Cogedil) de uma série de operações.

A prefeita Marília Campos fala da importância desse decreto. "Contagem é um centro industrial importante e tem espaços para receber novas empresas. Não conseguimos público leitor dialogado com o setor empresarial para ajudar a resolver problemas e facilitar o investimento. Essas modificações feitas por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico intensificaram reter os empreendimentos já instalados no município e atrair novos".

Claudia Braga, que é presidente da Tropeira Alimentos (empresa situada no distrito Juventino Dias) afirmou que "é um primeiro passo que vai diminuir muita burocracia interna da prefeitura e dinamizar os processos da maior parte das indústrias. Os termos que não são nem um tipo de encargo garantirão credibilidade aos seus procedimentos, que é desejável para desenvolvimento competitivo da sua atividade econômica".

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, René Vilela, explica que essas

modificações qualificam o papel do Cogedil na indução do desenvolvimento econômico do município. "O planejamento desse comitê é o de proposição e elaboração de diretrizes para o fortalecimento das atividades econômicas da cidade, conjuntamente com as entidades empresariais e a sociedade civil organizada. Esse trabalho cartorial consumiu muito do nosso tempo, além de dificultar o pleno desenvolvimento econômico das empresas da cidade, o que retardava ou até impedia geração de emprego e renda para os moradores da cidade", disse.

Em nota, a Kinross informa que não foi citada e se reserva a disposição para prestar esclarecimentos

Entretanto, o decreto nº 828, assinado pela prefeita Marília Campos, revoga esse conjunto de anuências. "O regulamento é mais uma ação da política de desburocratização, racionalização e modernização dos processos de licenciamento do município empreendida pela atual gestão, com vista a desobrigar o envolvimento executivo do Cogedil", informa o Executivo municipal.

A prefeita Marília Campos fala da importância desse decreto. "Contagem é um centro industrial importante e tem espaços para receber novas empresas. Não conseguimos público leitor dialogado com o setor empresarial para ajudar a resolver problemas e facilitar o investimento. Essas modificações feitas por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico intensificaram reter os empreendimentos já instalados no município e atrair novos".

Claudia Braga, que é presidente da Tropeira Alimentos (empresa situada no distrito Juventino Dias) afirmou que "é um primeiro passo que vai diminuir muita burocracia interna da prefeitura e dinamizar os processos da maior parte das indústrias. Os termos que não são nem um tipo de encargo garantirão credibilidade aos seus procedimentos, que é desejável para desenvolvimento competitivo da sua atividade econômica".

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, René Vilela, explica que essas

modificações qualificam o papel do Cogedil na indução do desenvolvimento econômico do município. "O planejamento desse comitê é o de proposição e elaboração de diretrizes para o fortalecimento das atividades econômicas da cidade, conjuntamente com as entidades empresariais e a sociedade civil organizada. Esse trabalho cartorial consumiu muito do nosso tempo, além de dificultar o pleno desenvolvimento econômico das empresas da cidade, o que retardava ou até impedia geração de emprego e renda para os moradores da cidade", disse.

Em nota, a Kinross informa que não foi citada e se reserva a disposição para prestar esclarecimentos

Entretanto, o decreto nº 828, assinado pela prefeita Marília Campos, revoga esse conjunto de anuências. "O regulamento é mais uma ação da política de desburocratização, racionalização e modernização dos processos de licenciamento do município empreendida pela atual gestão, com vista a desobrigar o envolvimento executivo do Cogedil", informa o Executivo municipal.

Claudia Braga, que é presidente da Tropeira Alimentos (empresa situada no distrito Juventino Dias) afirmou que "é um primeiro passo que vai diminuir muita burocracia interna da prefeitura e dinamizar os processos da maior parte das indústrias. Os termos que não são nem um tipo de encargo garantirão credibilidade aos seus procedimentos, que é desejável para desenvolvimento competitivo da sua atividade econômica".

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, René Vilela, explica que essas

modificações qualificam o papel do Cogedil na indução do desenvolvimento econômico do município. "O planejamento desse comitê é o de proposição e elaboração de diretrizes para o fortalecimento das atividades econômicas da cidade, conjuntamente com as entidades empresariais e a sociedade civil organizada. Esse trabalho cartorial consumiu muito do nosso tempo, além de dificultar o pleno desenvolvimento econômico das empresas da cidade, o que retardava ou até impedia geração de emprego e renda para os moradores da cidade", disse.

Em nota, a Kinross informa que não foi citada e se reserva a disposição para prestar esclarecimentos

